

Relatório de atividades  
anual 2020

# Rede Justiça Criminal



REDE  
JUSTIÇA CRIMINAL

Fundo  
Brasil

OAK  
FOUNDATION

OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS

# Sobre a Rede Justiça Criminal

## QUEM SOMOS

**C**riada em 2010, a Rede Justiça Criminal é uma coalizão de nove organizações da sociedade civil brasileira que se dedica há mais de uma década a um intenso trabalho de advocacy junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com o objetivo de contribuir para qualificar a tomada de decisão política e tornar o sistema de justiça criminal humano e em respeito às garantias e liberdades fundamentais inerentes a qualquer ser humano.

Atualmente, fazem parte de nossa Rede: o Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC), a Conectas Direitos Humanos, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), o Instituto de Desenvolvimento de Ações Sociais (IDEAS), o Instituto Sou da Paz, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e a Justiça Global.

## O QUE FAZEMOS

**F**ruto de nossa atuação, a Rede Justiça Criminal incide de maneira direta, por meio do monitoramento de projetos de lei e políticas na área de justiça criminal e através do trabalho de advocacy junto aos poderes públicos e à sociedade civil. Além disso, buscamos mobilizar a opinião pública e demais agentes políticos por meio da comunicação estratégica, a fim de influir de maneira eficaz sobre a construção da política criminal e promover mudanças positivas no sistema de justiça brasileiro.

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>COMUNICAÇÃO E ADVOCACY: A ARTICULAÇÃO PARA RESISTÊNCIA</b> .....	<b>6</b>
<b>TEMAS DE ATUAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>PRINCIPAIS ATIVIDADES DA RJC EM 2020</b> .....	<b>10</b>
<b>A RJC EM NÚMEROS</b> .....	<b>15</b>
<b>TRANSPARÊNCIA E ORÇAMENTO</b> .....	<b>16</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>17</b>
<b>EXPEDIENTE</b> .....	<b>18</b>



# Apresentação

Por Janine Salles de Carvalho  
Secretária Executiva da RJC

---

**Com o surgimento da pandemia, a RJC passou a priorizar ações destinadas a conter o avanço da doença no sistema de justiça penal**

**D**ois mil e vinte foi um ano intempestivo, atravessado por temor, incertezas e restrições. As novidades trazidas pelo contexto, estritamente ligadas à emergência de pautas relacionadas à atual pandemia de Covid-19, forçaram a humanidade a alterar comportamentos e a reinterpretar noções de tempo, trabalho e a forma como se dão os relacionamentos sociais.

Planos e projetos iniciados no início do ano foram forçados a rumar conforme uma nova dança. Uns caíram por terra e outros passaram por jornadas intensas de reinvenções. Alguns seguiram existindo sem grandes mudanças, mas se viram diante de uma corrente contrária que se não nos obrigava ao abandono de agendas sempre prioritárias, certamente nos impunha a necessidade de buscar novas ferramentas de trabalho e atuação. Com a Rede Justiça Criminal (RJC), não foi diferente.

Entretanto, foi a partir das dificuldades que surgiram as adaptações e do imprevisível fez-se a resiliência. Assim como toda a sociedade civil brasileira, nos vimos diante da necessidade de buscar formas criativas e inovadoras de ação e que dessem minimamente conta das urgências do momento. No que diz respeito, especificamente, à pauta de justiça criminal e ao trabalho da RJC, apesar das inúmeras dificuldades trazidas pelo funcionamento remoto do Congresso Nacional e, por consequência, do estreitamento de vias de participação social no processo decisório, a Rede visou contribuir de forma contundente a qualquer tentativa de restrição e/ou endurecimento de leis e normas garantidoras de direitos básicos. Seguimos trabalhando incessantemente no monitoramento de projetos de leis recrudescentes na esfera penal, além de buscar ter papel ativo na implementação de estratégias que derivassem em uma agenda mais positiva.

Com o surgimento da pandemia, a RJC passou a priorizar ações destinadas a conter o avanço da doença no sistema de justiça penal, além de combater retrocessos trazidos pela virtualização de instrumentos importantes, como as audiências de custódia. Também tivemos um papel mais propositivo, articulando projetos de lei a fim de garantir o respeito aos direitos das pessoas privadas de liberdade e seus familiares.

A RJC continuou atuando e fortalecendo as pautas que já são de atuação tradicional, como o uso abusivo de prisões provisórias e a luta pelo fim da revista vexatória. Algumas atividades previstas se viram comprometidas por não poderem ser realizadas presencialmente, como a participação em audiências públicas e iniciativas que estavam sendo pensadas em comemoração ao aniversário de 10 anos da Rede. A despeito disso, o importante é frisar que não

recuamos em nenhum momento, mesmo tendo que realizar algumas atividades de forma e frequência distintas do que era esperado.

Diante da realidade imposta pela lógica do teletrabalho, a RJC optou, de maneira estratégica, por fortalecer e ampliar sua área de comunicação, a fim de difundir ainda mais a importância de lutar por um sistema de justiça que não viole direitos para uma gama mais variada de públicos, sejam eles parceiros, especialistas e pessoas interessadas no tema ou leigos. Com a abertura de canais oficiais no Twitter e no Instagram, além de divulgar com mais capilaridade o trabalho da RJC e de suas organizações-membro, a reformulação na área de comunicação tem se mostrado uma aliada fundamental ao trabalho de advocacy e de mobilização.

Mais além, a Rede viveu um ano atípico não apenas por conta do cenário mundial. A partir de maio de 2020, a RJC passou por mudanças importantes em seu quadro de funcionários. Este processo esteve intimamente ligado a uma formação intensa de enfrentamento ao racismo dentro e fora das organizações-membro. Iniciado de forma mais decisiva em 2019, a Rede vem, desde então, buscando aprimorar sua conscientização sobre o impacto do racismo estrutural como eixo central e fundante de nossas relações interpessoais, de trabalho e no sistema de justiça criminal. Como parte dos resultados, a atual equipe executiva passou a contar com duas pessoas negras (secretária executiva e assessoria de advocacy) e uma branca (assessoria de comunicação). Apesar destes passos iniciais, ainda há muito a ser feito para a consolidação de uma incidência mais orgânica.

Por fim, e como não poderia deixar de ser, registramos nosso imenso carinho e agradecimento a Janaína Homerin e Ana Navarrete, que compuseram e lideraram a Secretaria Executiva da RJC até o começo do ano com empenho e dedicação e garantiram uma transição fluida e tranquila para as suas sucessoras. Às duas, fica o nosso muito obrigado com a reciprocidade do respeito e da admiração.

---

**A partir de maio de 2020, a RJC passou por mudanças importantes em seu quadro de funcionários. Este processo esteve intimamente ligado a uma formação intensa de enfrentamento ao racismo dentro e fora das organizações-membro**

# Comunicação e *advocacy*: a articulação para resistência

Giovanna Preti, Assessora de Comunicação  
Leonardo Santana, Assessor de *Advocacy*

O ano de 2020 apresentou desafios peculiares para a incidência política no Congresso Nacional. Diante do cenário da pandemia de coronavírus, o *advocacy* e a comunicação estratégica se mostraram ainda mais necessários, demandando a criação de novas formas de organização, incidência e difusão.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal suspenderam a entrada da sociedade civil nas suas dependências e restringiram até mesmo a circulação de parlamentares, transferindo todo o contato para a via digital. Ainda que o Congresso brasileiro tenha sido pioneiro em deliberar remotamente, a participação popular no processo legislativo ficou prejudicada. Coube à sociedade civil organizada buscar, portanto, maneiras de reinventar a forma de incidência diante da grave crise sanitária e democrática.

No plano organizativo, tivemos inicialmente uma proliferação de grupos virtuais que possibilitaram a criação de espaços de articulação maiores como forma de fortalecer a ação de pressão. Nesse contexto, a nossa articulação ganhou capilaridade e interagimos e facilitamos encontros com grupos de juristas, familiares de vítimas, defensores de direitos humanos, movimentos sociais e ativistas.

A incidência ganhou novos contornos táticos e temáticos. O sistema prisional ocupou a centralidade do debate no campo da justiça criminal e dos direitos humanos. As propostas do Executivo de ampliar vagas através da compra de contêineres, a flexibilização dos critérios de identificação e cremação de corpos sem a lavratura da certidão de óbito, o impedimento das visitas de familiares de pessoas presas, a ausência de uma política para controle da contaminação e as conseqüentes mortes nas unidades prisionais foram a face mais cruel da negligência do Estado diante das vidas encarceradas.

Conscientes de nossa responsabilidade enquanto coalizão, conseguimos impedir graves retrocessos como no caso dos contêineres. Além disso, fomos capazes de impulsionar, também em conjunto com diversas organizações, os projetos de lei nº 978/2020, 2468/2020 e 3668/2020 que buscavam criar medidas desencarceradoras e adotar protocolos reconhecidos internacionalmente com o objetivo de reduzir ao máximo as conseqüências da contaminação.

Nesse contexto, também ampliamos a nossa capacidade de comunicação. Por acreditar que precisávamos influenciar ainda mais o debate público sobre o sistema de justiça brasileiro e suas desigualdades, especialmente em um momento de grave recrudescimento de direitos, a Rede Justiça

---

**Ainda que o Congresso brasileiro tenha sido pioneiro em deliberar remotamente, a participação popular no processo legislativo ficou prejudicada**

Criminal fortaleceu sua presença em mídias sociais como Instagram e Twitter. Por meio delas, intensificamos a produção de conteúdo e conhecimento, apostando em uma gama de formatos para denunciar a situação de calamidade no sistema prisional, expandindo, assim, nossos públicos estratégicos.

A presença no mundo digital por meio de campanhas e contato com formadores de opinião foi imprescindível para fortalecer e posicionar a Rede Justiça Criminal e suas pautas. Denunciamos ainda ataques a direitos em fóruns internacionais, produzimos notas e pareceres técnicos para amparar decisões do legislativo e judiciário, chamamos a atenção da imprensa e fortalecemos trocas entre membros da coalizão.

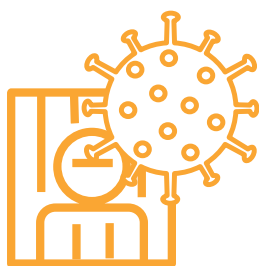
A Rede Justiça Criminal, portanto, se posicionou de maneira contundente aos desafios que os tempos trouxeram. Além dos novos obstáculos impostos pela pandemia, o punitivismo, o cerceamento de direitos e o tensionamento de instituições democráticas seguem como projeto de país. Por isso, seguimos trabalhando em articulações conjuntas e utilizando todas as ferramentas possíveis para mobilizar e buscar um horizonte possível para além da resistência.

---

**A presença no mundo digital por meio de campanhas e contato com formadores de opinião foi imprescindível para fortalecer e posicionar a Rede Justiça Criminal e suas pautas. Denunciamos ainda ataques a direitos em fóruns internacionais, produzimos notas e pareceres técnicos para amparar decisões do legislativo e judiciário, chamamos a atenção da imprensa e fortalecemos trocas entre membros da coalizão**

# Temas de atuação

**T**odo ano, a RJC define uma agenda de pautas prioritárias em conjunto com as organizações que integram o coletivo. Em 2020, com a inesperada eclosão da pandemia do novo coronavírus e os desafios impostos à justiça penal e à garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade, a Rede passou a atuar contra a proliferação da doença nos sistemas prisional e socioeducativo, além de trabalhar incisivamente na formulação e adoção de políticas públicas voltadas para a irrestrita observância de direitos e garantias e, mais recentemente, planos eficazes de imunização. Abaixo, listamos aos principais temas de atuação a que nos dedicamos:

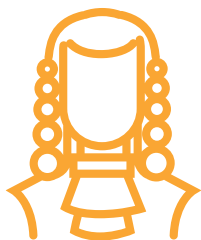


## Pandemia e Sistema Prisional:

em conjunto com a articulação Justiça Além do Cárcere e por meio da parceria com o Instituto de Estudos da Religião (Iser) e Infovírus, a RJC tem atuado de maneira constante nos impactos da pandemia nos sistemas prisional e socioeducativo. Neste sentido, foram articulados três projetos de lei (PLs [2468/2020](#), [3648/2020](#) e [978/2020](#)), além de denúncias feitas a OEA e a ONU sobre a incomunicabilidade de presos com familiares, a precarização das audiências de custódia e a situação de pessoas privadas de liberdade frente a um sistema falido, insalubre e reprodutor de violências.

## Audiências de Custódia:

As audiências de custódia (ACs) são um direito conquistado com esforços da sociedade civil, após longos anos de incidência e sobre as quais a RJC e suas organizações-membro tiveram constante atuação. Em 2020, a Rede, que sempre advogou pela realização das ACs de forma presencial, trabalhou intensamente contra a virtualização de tal instrumento por meio de videoconferência. Nossa principal incidência se deu em torno da campanha #TorturaNaoSeVêPelaTV, uma vez que o uso do aparato tecnológico não permitiria a identificação de maus tratos e tortura cometidos por forças policiais, prejudicando, assim, a identificação de ilegalidades na prisão em flagrante.







## Participação Social no Processo Legislativo:

diante da importância de se observar as regras de distanciamento social, a atuação do advocacy no Congresso Nacional se viu diretamente impactada. Além da incidência contra proposições legislativas que recrudescam o Estado Penal ao tipificar novos crimes e endurecer penas, a RJC também se envolveu em mobilizações a favor de maior transparência e participação no processo legislativo. Neste sentido, as principais linhas de atuação se deram em conjunto com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, com a Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) e com a articulação Pacto pela Democracia.



## Combate ao Racismo:

este ano, a RJC deu seguimento às suas formações em letramento racial e passou a traduzir tais aprendizados em uma agenda antirracista e por meio de suas ações de advocacy. Além disso, através do GT Racismo, a Rede continuou promovendo oficinas de capacitação internas e a aprofundar o debate de como o colegiado pode contribuir e estruturar suas ações a partir da temática racial. O ápice desse processo se deu com o lançamento da Carta de Enfrentamento ao Racismo contra a População Negra.



## Execução Penal:

neste tema, a RJC seguiu incidindo sobre a Lei 13.964/2019 – o chamado Pacote Anticrime – por meio de sua atuação contra a aprovação dos vetos presidenciais sobre alguns trechos do texto. No que tange ao uso abusivo de prisões cautelares, a Rede elaborou uma nota pública por conta de intensos debates provocados contra o art. 316 de Código de Processo Penal, que determina a revisão compulsória de prisões provisórias no Brasil em um prazo máximo de 90 dias.



## Prevenção à Tortura:

a RJC participou de diversas mobilizações contra a precarização do combate à tortura no país devido ao fim da remuneração dos peritos e peritas integrantes do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura.



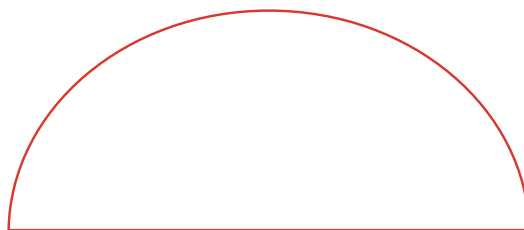
## Revista Vexatória:

esta é uma agenda que a RJC apoia desde 2013, a partir do diagnóstico compartilhado por organizações-membro que atuam junto às famílias das pessoas presas, em particular o ITTC e, naquele momento, a Pastoral Carcerária. A atuação da Rede nesse tema sempre foi prioritária, inclusive tendo desenvolvido a grande campanha nacional “Pelo Fim da Revista Vexatória”. Em 2020, nossas ações se concentraram em torno do julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 959620, interposto junto ao STF pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul e que questiona a constitucionalidade de provas obtidas por revista íntima. No nosso entendimento, a revista vexatória é ilegal e equiparável à prática de tortura, devendo, portanto, ser proibida sob toda e qualquer justificativa e circunstância.



## Segurança Pública e Justiça Criminal:

pela primeira vez em sua história, a RJC incidiu sobre as eleições municipais, através da Campanha Eleições Sem Truque. Lançada, inicialmente, em 2018 e no bojo das eleições presidenciais daquele ano, a Rede decidiu atualizar tal ação para a esfera municipal e a partir da leitura de que o tema da segurança e justiça aparece de forma muitas vezes distorcida e sem apontar as principais causas da violência e de políticas públicas que têm como consequência o agravamento da massificação do encarceramento.



# Principais atividades da RJC em 2020

## PANDEMIA NOS SISTEMAS PRISIONAL E SOCIEDUCATIVO


**L**ogo no início da pandemia, a RJC lançou uma releitura do [vídeo](#) da campanha “Realidade Visceral: Encarceramento em Massa não é Justiça”, atualizando-o para o novo contexto.

Além disso, buscando concentrar diversos esforços que já estavam surgindo na sociedade civil brasileira, a RJC se juntou a um conjunto de mais de 80 organizações, todas dedicadas a combater e mobilizar proposições relacionadas aos danos que a pandemia pode trazer para os sistemas prisional e socioeducativo. Tal articulação, chamada Justiça além do Cárcere, tem atuado de maneira constante desde então. Neste ponto, além de atuar para barrar retrocessos, a RJC, em conjunto com outras organizações sociais, conseguiu propor algumas iniciativas. Desde março de 2020, a Rede vem trabalhando ativamente na incidência para a aprovação dos PLs [2468/2020](#) (sistema prisional) e [3648/2020](#) (socioeducativo).

O PL [2468/2020](#) “estabelece norma penal temporária, a fim de reduzir os impactos da propagação da pandemia provocada pelo novo coronavírus (...) durante o estado de emergência de saúde internacional” no sistema prisional. Já o PL [3668/2020](#) versa sobre medidas socioeducativas durante o período de crise sanitária causada pela Covid-19. A articulação em torno deste projeto de lei trouxe a oportunidade de debater no Legislativo a realidade do sistema socioeducativo a partir de uma pauta positiva, diferente de outros momentos em que o debate estava vinculado às propostas de redução da maioria penal e/ou aumento do tempo de internação.

Com a evolução da pandemia e as discussões em torno do plano de vacinação para pessoas privadas de liberdade, a Justiça Além do Cárcere e a Rede Justiça Criminal têm se debruçado, também, a novas prioridades e preocupações que vem se impondo em nossa agenda de atuação, como a importância de um plano de vacinação para a população do sistema carcerária, os perigos da virtualização das audiências de custódia e a imprecisão dos dados oficiais sobre a disseminação da Covid-19 em estabelecimentos privativos de liberdade.

Ainda no campo do enfrentamento à pandemia, a RJC e a Justiça Além do Cárcere protocolaram dois apelos urgentes junto à OEA e à ONU, sobre o uso de contêineres como cela no Brasil, conforme proposto pelo CNMP e com aprovação pública do então Ministro da Justiça, Sergio Moro, e a



incomunicabilidade de parentes com seus familiares presos devido à suspensão temporária de visitas. Ambas as ações tiveram ampla repercussão na mídia, com cerca de 80 citações em veículos brasileiros e internacionais e uma [manifestação de preocupação da CIDH](#) sobre o assunto.

## ENFRENTAMENTO AO RACISMO NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

Em de julho de 2020, a RJC participou ativamente de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) sobre racismo e que foram intensificadas desde as manifestações iniciadas nos EUA após o assassinato de George Floyd.

Nos reunimos com o Grupo de Trabalho de Peritos sobre Pessoas de Origem Africana da ONU, quando foram apresentadas informações sobre racismo estrutural e como o impacto da pandemia tem sido maior para as pessoas negras. Também foi feita uma reunião com a Relatora Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância – Sra. Tendayi Achiume.

Junto ao Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Étnica e Cultural do Conselho Nacional do Ministério Público, a RJC foi convidada a participar de encontro com entidades da sociedade civil e familiares de vítimas de violência do Estado. Foram debatidos, dentre outros temas, o aprimoramento do controle externo da atividade policial, umas das principais reivindicações dos movimentos de combate ao racismo.

Para além do advocacy no Congresso Nacional, a RJC seguiu dando continuidade a um processo intenso de reflexão e avaliações quanto ao seu papel no enfrentamento ao racismo. Há alguns anos, a Rede, que é uma rede composta por organizações ainda majoritariamente brancas, vem fazendo um exercício de auto-observação no que diz respeito à reprodução do racismo estrutural em suas ações e dentro de suas organizações. Ao longo de seus 10 anos, a RJC tem abordado o racismo de forma tangencial e não como eixo central e estruturante que tem efeitos perversos no sistema de justiça criminal.

Após formações em letramento racial com o Instituto Amma Psiqué, a RJC passou a ampliar esforços para incorporar o viés racial em todas as suas ações. Um momento importante em 2020 foi a divulgação da [Carta de Diretrizes de Enfrentamento ao Racismo contra a População Negra](#), documento que reafirma o compromisso da RJC em combater o racismo, denunciá-lo em espaços de atuação e promover a equidade racial dentro e fora de nossas organizações.

## PACOTE ANTICRIME

Em continuidade às ações empreendidas ainda em 2019 e em torno da campanha Pacote Anticrime: uma solução fake, a RJC continuou incidindo estrategicamente sobre projetos de lei e emendas que se oponham ao pacote anticrime, aprovado igualmente em 2019.

Foram feitas reuniões entre assessorias técnicas de parlamentares e assessorias de advocacy. Elaboramos uma [nota técnica](#) sobre a votação dos vetos ao pacote, elencando nossos pontos prioritários, para todas os/as parlamentares do Congresso Nacional.

## USO ABUSIVO DAS PRISÕES PROVISÓRIAS

Diante dos intensos debates ocorridos por conta da libertação de André do Rapp após decisão do Ministro Marco Aurélio, a RJC elaborou a nota pública “Prisão Preventiva não é Pena!” para manifestar seu posicionamento sobre o uso abusivo das prisões provisórias e a necessidade de um maior controle na aplicação de tal dispositivo. Neste sentido, as mudanças introduzidas pelo artigo 316, parágrafo único, no Código de Processo Penal brasileiro (CPP) – que se viram questionadas publicamente durante este período – representaram avanços importantes, impondo a necessidade de revisão das prisões preventivas após a sua decretação dentro de um prazo legal de 90 dias. A nota completa por ser lida [aqui](#).

## COMBATE À TORTURA

Outra pauta que foi central ao trabalho da RJC no último ano, foi o combate à tortura e a preocupação quanto ao decreto 9831/2019, que exonerou 11 peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura (MNPECT), trazendo sérios riscos à precarização do trabalho e, por consequência, ao desmantelamento da prática de tortura no país. Uma decisão liminar garantiu o retorno ao cargo e a remuneração dos peritos, mas novo edital prevê atuação voluntária no desempenho das funções.

Em julho de 2020, a RJC foi convidada a participar de uma reunião convocada pela Associação para a Prevenção da Tortura (APT). A organização compartilhou a relação dos Projetos de Decreto Legislativo já protocolados e que visam sustar os efeitos do decreto do Executivo.

Como resultado, a RJC organizou uma reunião com a minoria da Câmara para pedir o apoio das parlamentares em pautar os PDLs em setembro de 2020. A conversa contou com a participação de assessorias dos deputados e deputadas autores dos PDLs mencionados. Estiveram presentes assessores das deputadas Érika Kokay (PT/DF), Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Tábata do Amaral (PDT/SP), Maria do Rosário (PT/RS), Padre João (PT/MG) e Helder Salomão (PT/ES). Compareceram também Carolina Grassi (assessora da liderança da Minoria), Diego Scardone (assessor liderança do PSOL) e Mauro Noleto (liderança do PCdoB).

## FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Em março de 2020, a Rede assinou o [“Manifesto por Transparência e Garantia de Participação Social nas deliberações do Congresso Nacional durante a pandemia do COVID-19”](#). Em julho de 2020, a Rede participou

de reunião organizada pelo Coletivo Intervenções e a Coalizão Direitos na Rede sobre o PL 2620/2020 (PL das fake news), aprovado no Senado e ainda em discussão na Câmara. Por conta de toda a mobilização feita pela Frente, e capitaneada pelo Intervenções, os tipos penais previstos na proposta original foram retirados. O projeto é complexo e requer atenção para tentativas de criminalização que podem contribuir para cerceamento da liberdade de expressão, o encarceramento em massa e a censura política.<sup>1</sup>

Em agosto, houve uma reunião preparatória quanto ao pedido de audiência pública endereçado a Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 (CEXCORVI) com o tema “Impactos da Covid-19 na População Negra e Quilombola”. A RJC foi responsável pela [elaboração do texto](#) de motivos especificamente no ponto “Covid-19 e sistema prisional”.

## CAMPANHA ELEIÇÕES SEM TRUQUE

Em outubro de 2020 e no ensejo das eleições municipais de 2020, a RJC relançou a sua campanha [Eleições sem Truques](#). O intuito da iniciativa é munir eleitores e eleitoras para questionarem candidatos e candidatas sobre promessas enganosas e simplistas no tema segurança pública e justiça. A campanha foi muito bem recebida nas redes sociais: 113 pessoas assistiram a live de lançamento “Eleições Sem Truque: debatendo segurança e justiça nas cidades” e que contou com a participação da jornalista Cecília Olliveira, do pesquisador Pablo Nunes (Cesec/Rede Observatórios da Segurança) e Lídia Rodrigues (Fórum Popular de Segurança Pública do NE), com mediação de Raull Santiago (RJC). Além disso, doze candidatos ao Executivo de capitais brasileiras, filiados a nove diferentes partidos, responderam publicamente os questionamentos realizados pela campanha. Foram produzidos ainda três vídeos didáticos sobre eleições, justiça criminal e segurança pública, que podem ser vistos em nossas mídias sociais e canal do Youtube.


Além disso, organizou-se em conjunto com o Fórum Popular de Segurança do Nordeste um debate a ser transmitido ao vivo com os/as candidatos/as à prefeitura da cidade e uma conversa com Ana Carolina, fundadora e representante do Mulheres Negras Decidem para mapear, divulgar e apoiar candidaturas negras e/ou comprometidas com a pauta racial e, também, apoiamos a Agenda Marielle Franco, organizada pelo Instituto Marielle Franco.

## REVISTA VEXATÓRIA

Há quase uma década, a RJC vem incidindo na pauta e contra a realização de revista íntima em estabelecimentos prisionais e em operações policiais.

Em outubro de 2020, o STF pautou o julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 959620, que questiona a constitucionalidade de provas obtidas por revista vexatória. A Rede realizou uma série de ações de incidência. Foi elaborado um [parecer técnico](#) sobre o atual estado de apreensões nesse tipo procedimentos a partir de uma série de pedidos de LAI feitos pela RJC ao longo de 2019. O pedido foi

<sup>1</sup> <http://plfakenews.direitosnarede.org.br/os-desafios-da-camara-dos-deputados-no-pl-das-fake-news/>



encaminhamento aos Ministros e Ministras do STF e serviu de subsídio para as organizações que configuraram como Amici Curiae no julgamento, três das quais pertencentes à RJC – IDDD, ITTC e Conectas Direitos Humanos.

Na véspera do julgamento, foi realizada uma campanha digital intitulada #RevistaVexatóriaÉCrime como forma de engajamento e pressão sobre a decisão do Tribunal. A campanha contou com um tuitaço com ampla mobilização de organizações e personalidades públicas, como Bruno Gagliasso, além de uma série de postagens didáticas para dar ainda mais visibilidade ao tema.

Ainda em outubro, participamos de debate sobre o tema organizado pelo IBCCRIM. Participaram Débora Nachmanowicz, do Departamento de Amicus Curiae do IBCCRIM; Gabriel Sampaio, membro da Rede Justiça Criminal e Coordenador do Programa de Enfrentamento à Violência Institucional da Conectas, Milton Barbosa, Coordenador Nacional de Honra do MNU – Movimento Negro Unificado, um dos fundadores do MNU, educador social e colaborador da Amparar; Raissa Maia, pesquisadora do Programa Justiça Sem Muros do ITTC e advogada; e Regina Lucia dos Santos, geógrafa, especialista em educação para as relações étnico raciais, educadora popular, coordenadora estadual do MNU-SP e colaboradora da Amparar.

Atualmente, o julgamento está suspenso devido ao pedido de vistas feito pelo Ministro Dias Toffoli. A RJC segue acompanhando e incidindo sobre o tema e o julgamento.

## AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Desde o início da pandemia, a RJC vem incidindo contra a precarização e virtualização das audiências de custódia. Em novembro de 2020, a Rede participou de intensas mobilizações contra a aprovação das videoconferências pelo CNJ – o que aconteceu em 24 de novembro. Realizamos, conjuntamente, com a articulação Justiça Além do Cárcere a campanha #TorturaNãoSeVêPelaTV. Participaram da campanha e do tuitaço artistas e personalidades como Daniela Mercury e Petra Costa, Augusto de Arruda Botelho e Cecília Oliveira.

Organizações da RJC – IDDD e Conectas – também participaram de audiência pública durante o julgamento no CNJ. Apesar da aprovação das audiências por videoconferência, a RJC segue incidindo sobre tema, elaborando, inclusive [materiais](#) que ajudem a divulgar e conscientizar sobre o tema.



# A RJC em números

**N**o âmbito do advocacy e de ações de incidência política articuladas em rede, calculamos que mais de 300.000 pessoas foram alcançadas diretamente pelas ações da Rede Justiça Criminal, sendo 513 deputados federais, 81 senadores e senadoras, sem contar assessorias. O cálculo envolve também as coalizões de organizações da sociedade civil e movimentos sociais que a Rede Justiça Criminal participa e ajuda a articular, como o Pacto pela Democracia, que conta com mais de 500 pesquisadores, lideranças políticas e membros de 120 organizações, e a Articulação Justiça Além do Cárcere, criada em 2020 para incidir em questões relativas à Covid nas Prisões. A articulação conta com mais de 120 participantes membros de 40 organizações da sociedade civil, movimentos e associações de familiares.

Além disso, destacamos a árdua incidência relacionada a medidas de combate à transmissão de coronavírus no sistema prisional e socioeducativo, que resultou indiretamente na Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça, que até julho de 2020 liberou mais de 32.500 detentos do grupo de risco a cumprirem prisão domiciliar. Como nem todos os estados disponibilizaram dados de detentos libertados e, o levantamento foi divulgado apenas até o mês de julho, o número de beneficiados com a medida deve ser consideravelmente maior.

No âmbito da comunicação, foram 300.000 pessoas alcançadas diretamente por nossas campanhas, publicações nas mídias sociais, acessos ao site e e-mail. Em imprensa, foram 113 resultados mencionando diretamente a Rede Justiça Criminal e mais de 50 outros que mencionam ações construídas coletivamente, sem o protagonismo desta coalizão. Após um hiato de seis meses sem profissional de comunicação alocado, em setembro de 2020 foi criado o perfil da rede nas plataformas Instagram e Twitter para alavancar campanhas como #EleiçõesSemTruque, #TorturaNãoSeVêPelaTV e Revista Vexatória é Crime. As campanhas citadas também foram compartilhadas por formadores de opinião como Bruno Gagliasso, Daniela Mercury, Petra Costa, Preta Ferreira e outros, que contribuiu com o alcance e disputa de narrativa na sociedade sobre justiça e direitos humanos.

---

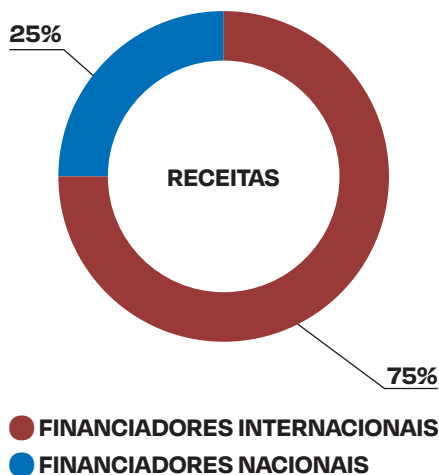
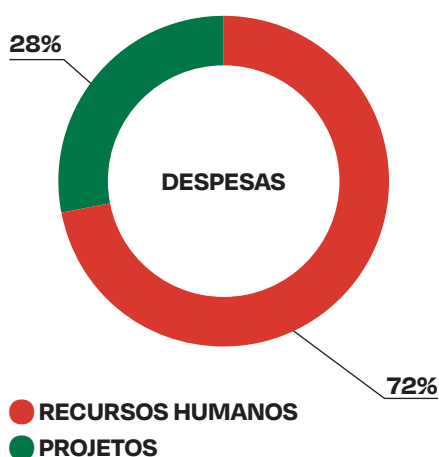
**Calculamos que mais de 300.000 pessoas foram alcançadas diretamente pelas ações da Rede Justiça Criminal**



# Transparência e orçamento

**D**esde 2018, a Rede Justiça Criminal vem divulgando publicamente os valores dos financiamentos recebidos no ano e em compromisso com a transparência e o compartilhamento de informações relevantes a respeito do funcionamento da coalizão.

Atualmente, RJC conta com dois financiadores e três projetos apoiados pela Open Society Foundations, responsável pelos recursos internacionais até setembro de 2021, e pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, que garantirá os recursos nacionais até janeiro de 2022.



## DEMONSTRATIVO FINANCEIRO 2020

Despesas	R\$	%
Recursos humanos	606.781,24	72
Atividades de Projetos	233.063,09	28
<b>Total de despesas</b>	<b>R\$ 839.844,33</b>	

## RECEITAS

	R\$	%
Open Society Foundation	498.625,20	50%
Open Society Foundation Projeto Covid	251.865,03	25%
Fundo Brasil de Direitos Humanos	249.704,76	25%
<b>Total de receitas</b>	<b>1.000.194,99</b>	

# Agradecimentos

Apesar das dificuldades impostas pelo ano e a imprevisibilidade do contexto, a Rede Justiça Criminal pôde contar com diversos apoios e parcerias importantes ao longo do caminho, o que nos permitiu ampliar canais de diálogo e fortalecer articulações imprescindíveis para a realização de nosso trabalho.

## **APOIADORES**

Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH)

Oak Foundation

Open Society Foundations (OSF)

## **PARCEIROS**

Agenda Nacional pelo Desencarceramento

Articulação Justiça Além do Cárcere

Associação para Prevenção à Tortura (APT)

Campanha #TorturaNãoSeVePelaTv

Coalizão Negra por Direitos

Fábrica de Ideias Brasileiras (FIB)

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e Direitos Humanos

Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste

Infovírus

Iniciativa Por Uma Nova Política de Drogas (INNPDP)

Instituto Alana

Instituto Amma Psiqué

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)

Instituto de Estudos da Religião (Iser)

Pacto pela Democracia

Rede de Advocacy Colaborativo (RAC)

# Expediente

## EQUIPE EXECUTIVA

### SECRETÁRIA EXECUTIVA

Janaína Homerin (até junho de 2020)

Janine Salles de Carvalho (atual)

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Navarrete (até maio de 2020)

Giovanna Preti (atual)

### ASSESSORIA DE ADVOCACY

Leonardo Santana

### EDIÇÃO

Janine Salles de Carvalho

Giovanna Preti

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lucas Jatobá

### EQUIPE DO IDDD EM APOIO ÀS ATIVIDADES DA RJC

Marina Dias (Diretora Executiva)

Amanda Oi (Coordenadora Geral)

Vivian Calderoni (Coordenadora de Projetos)

Thiago Ansel (Coordenador de Comunicação)

Fernanda Neves (Coordenadora de Administrativo-Financeiro)

Clarissa Borges (Assessora de Advocacy)

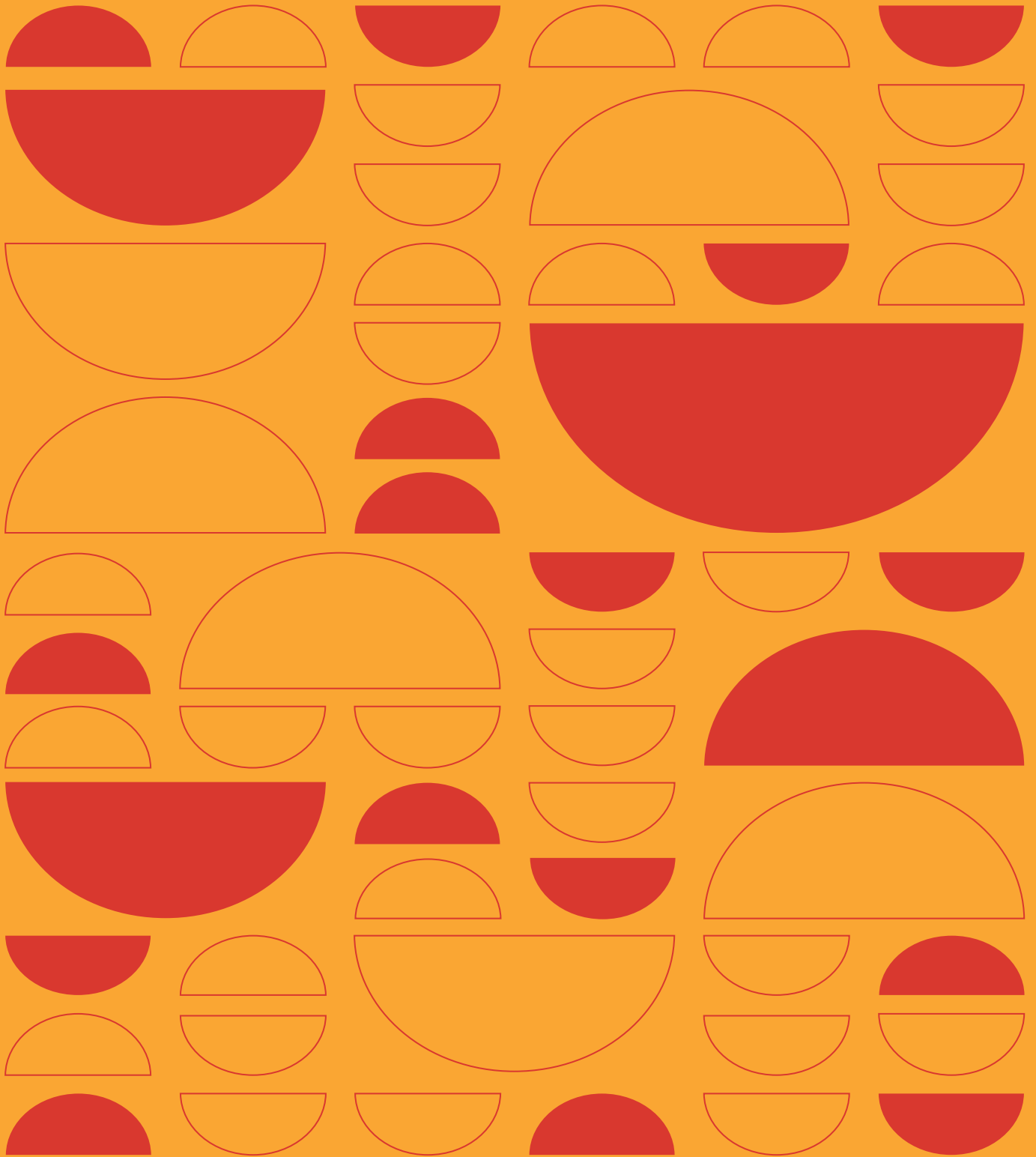
Roberta Lima (Assistente Administrativo)

Jislene Ribeiro de Jesus (Assistente de Administrativo Financeiro)

Humberto Tozze (Assistente de Comunicação)

Ana Lia Galvão (Assistente de Projetos)





**cesc**  
Centro de Estudos de  
Segurança e Cidadania

**conectas**  
direitos  
humanos

**DDH**  
INSTITUTO  
DE DEFENSORES  
DE DIREITOS  
HUMANOS

**GAJOP**

**id  
dd** instituto de  
defesa do  
direito de  
defesa

**ideas**  
assessoria  
popular

**ITTC**  
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

**justiça global**

**Instituto SoudaPaz**  
A paz na prática